

M. PATRÃO-NEVES

FILOSOFIA E TRADIÇÃO



UNIVERSIDADE DOS AÇORES
PONTA DELGADA • 1990

SUMÁRIO

ENES, José	
<i>Noeticidade do Discurso Transcendental</i>	7
LUZ, José Luís Brandão da	
<i>Piaget e a Filosofia Moderna do Conhecimento</i>	41
PATRÃO-NEVES, M.	
<i>Filosofia e Tradição</i>	73
AMARAL, Carlos Pacheco	
<i>Sob o Signo de Maquiavel: A Nova Ordem da Moral Política</i>	89
ROSA, Eduardo Ferraz da	
<i>Esboço do Percurso do Método da Análise Expectante</i> <i>— Linguagem e Ser em José Enes</i>	111
FRAGA, Gustavo de	
<i>Galileu e a Filosofia</i>	143
EFEMÉRIDE	165
CRÓNICA	171
RECENSÕES CRÍTICAS	175

FILOSOFIA E TRADIÇÃO *

por
M. PATRÃO-NEVES

A proposta de reflexão acerca das relações entre a Filosofia e a História da Filosofia é sempre do máximo interesse e reveste-se hoje também de grande actualidade. A sua actualidade prende-se com o facto de a sua solução, ou apenas mera discussão, intervir como um elemento importante na apreciação, quer das recentes propostas para o ensino da filosofia a nível do secundário, quer das menos recentes reformas da licenciatura em filosofia nas Faculdades de Letras. O interesse de que se reveste, cremos, é duplo pois esta temática suscita a motivação dos académicos bem como dos que se dedicam exclusivamente ao ensino. Os primeiros, porque votando o seu empenho intelectual à reflexão filosófica, conhecem o oscilar inseguro entre o filosofar e o fazer história da filosofia. Os segundos, porque sabem que à dificuldade de despertar os espíritos e exercitar as mentes se sobrepõe, por vezes, a facilidade de transmitir conhecimentos.

* Comunicação apresentada no Colóquio «Filosofia e História da Filosofia», que teve lugar na Faculdade de Letras de Lisboa, em Abril de 1989.

1. Breve reflexão sobre as condições de aproximação e de afastamento entre a Filosofia e a sua História

A proximidade entre a filosofia e a sua história parece evidente. A prática revela-nos a impossibilidade de nos referirmos a uma abstraindo-nos da outra. Não obstante, sob o ponto de vista formal, a distinção é nítida. A história afirma-se como conjunto de conhecimentos estabelecidos a partir de factos e organizados lógica e cronologicamente de acordo com estruturas metodológicas diversas. A filosofia, de mais difícil definição por ser ela própria uma noção filosófica, apresenta-se-nos como uma interrogação constante, uma reflexão crítica e uma visão lúcida acerca do mundo e da vida, do homem e de Deus.

É certo que não se encontra aqui em discussão a história como género de conhecimento independente, no sentido de «ciência histórica», cuja destrinça da filosofia era já clara na Antiguidade Clássica. Importa-nos sim a história da filosofia que, como disciplina técnica específica, é ainda jovem — cerca de dois séculos —, mas que de forma mais ou menos implícita é coextensiva à própria filosofia. Com efeito, a filosofia e a sua história convivem desde o período longínquo em que a primeira se encontrava ainda envolta num processo de génese mas em que se ia já consolidando como forma de saber instituído, assumindo e reivindicando simultaneamente a especificidade que a distinguia de outros discursos. A proximidade que constatámos entre ambas tem raízes profundas. Recordemos Aristóteles que, nos estudos maiores que dedica à Metafísica, à Ética e à Analítica, não deixa de evocar o conhecimento a si anterior sobre estas matérias.

É aliás neste período inicial que detectamos a formação das condições que permitiram uma quase simbiose da filosofia e da sua história que se estendeu até ao século XIX. São elas: a estruturação da filosofia em sistema, a assunção de um sentido universal e o pendor especulativo expresso

na sua índole conceptualista. Ora estes aspectos não se dissociam na sua origem pois ao compartimentalizar-se a reflexão em sistema visa-se favorecer a missão de universalidade da filosofia, a qual apenas é concretizável numa dimensão teórica. É certo que este ideal de sistematicidade e universalidade só será plenamente cumprido com Hegel, em particular na sua *Fenomenologia do Espírito*, mas é-nos legítimo, numa visão retrospectiva, reconhecer a filosofia como essencialmente sistemática. Não pretendemos assim ignorar a vertente problemática da filosofia que Nicolai Hartmann contrapõe à sistemática, mas tão somente atenuar a oposição que não nos parece vinculada em época anterior à contemporânea. Os temas e os problemas inseriam-se então num sistema no qual se deviam definir e eventualmente solucionar-se, ou apenas organizarem-se no caso de uma perspectiva aporética.

Verificamos que a tendência sistematizadora da filosofia enquanto saber teórico e universal, implicou uma aproximação da sua história que se vai estabelecendo num duplo sentido e que, quanto a nós, é excessiva. Assim, ao abrigo de um ambiente permeado por dogmatismo em que as verdades filosóficas ganham um carácter intemporal e eterno, dilui-se o aspecto dinâmico, evolutivo, relativo na medida em que circunstancial, da história. Paralelamente, a história da filosofia, numa atitude dominante, elege simples interpretações históricas em doutrinas universais.

Caracterizado o tipo de filosofia que faculta a apontada intimidade com a sua história, façamos o mesmo em relação a esta. Recorrendo a terminologia do apreço de Gouhier distinguiremos uma «história histórica» de uma «história filosófica» da filosofia, que desde já podemos identificar como aquelas praticadas por Henri Gouhier e Martial Guérault respectivamente¹. A diferença fundamental entre

¹ Cf. «Itinéraire: Henri Gouhier. Histoire personnelle de la philosophie», in *Autrement Revue*, Paris, n.º 102, Novembro de 1988, pp. 9-15.

ambas está no ponto de vista que adoptam à partida. Enquanto a «história histórica» se insinua no interior da filosofia, tomando cada filósofo em particular, procurando apreender a realidade histórica e existencial deste, captando a sua originalidade, a «história filosófica» coloca-se numa perspectiva acima de aspectos particulares, procurando apreender a evolução integral das ideias, captando o movimento real das mentalidades. Se o ponto de vista da «história histórica» é singular, o da «história filosófica» é geral; se a histórica é singular, o da história filosófica é geral; se a unidade para a primeira é o filósofo, para a segunda é um sistema filosófico. É precisamente entre a história filosófica da filosofia e a filosofia sistemática que o estreitamento de relações se dá.

Não ignoramos que o facto de a concepção de filosofia não ser unívoca nem se manter inalterável ao longo dos tempos originou formas diversas de relacionamento desta com a sua história. Parafraseando Fichte diríamos que o tipo de história da filosofia que se pratica depende do tipo de filosofia que se faz. Porém, não é nosso intuito ocupar-mo-nos desses diferentes modos de compreender a filosofia uma vez que se sucederam predominantemente no âmbito especulativo entendendo-a como metafísica, como ciência, o que não determinou mudanças significativas na situação descrita.

O panorama que temos vindo a traçar só sofrerá uma alteração profunda a partir da segunda metade do século XIX, acentuando-se depois irreversivelmente e já num sentido algo diverso nos alvares do século XX.

Destaquemos alguns sintomas de modernidade determinantes na mudança de relacionamento da filosofia com a sua história: a dissolução da hegemonia do carácter essencialmente racional ou intelectual; a valorização da vertente prática que se exprime com uma legitimidade igual à da vertente teórica; a expansão do domínio da subjectividade graças ao contributo da então jovem psicologia no sentido

de integrar o âmbito da experiência vivida, do sentimento psicológico no campo alargado da filosofia; a crítica à abstracção como procedimento fundamental, e por vezes único, do trabalho filosófico; a sua assunção como filosofia concreta, sendo singular pela profundidade que atinge e universal pelo plano a que ascende; a substituição de sistemas fechados por sistemas abertos que o são enquanto estrutura coerente basilar para a reflexão mas permanentemente receptiva ao que a experiência irrecusável e constante pode trazer de novo. Esses aspectos convergem na caracterização do «positivismo espiritualista», tendência que ganha projecção no último quartel do século XIX e se desenvolve durante a primeira metade do século seguinte. Esta filosofia recusa ser encerrada no domínio conceptual, dissipa a noção forte de sistema e constrói o universal já não sobre o geral mas sobre a integralidade dos singulares. Menos sistemática ela é mais fragmentada. Por outro lado, é também mais problemática reforçando assim a sua própria especificidade e revelando-se, mais do que nunca, como situada graças à atenção inédita que presta ao individual e ao contingente. Estes factores decidem um afastamento saudável da história da filosofia e em especial da história filosófica.

A este período intermédio de equilíbrio sobrepe-se uma época de superação definitiva dos grandes sistemas, uma época de grande dispersão em que a filosofia se reflecte como um mosaico de múltiplas orientações. Esta nova era é primeiramente anunciada pelos grandes mestres da suspeita, Marx, Nietzsche e Freud que, de modo diferentes, abalaram a positividade da razão e com ela as fronteiras, a organização e o sentido anteriores da filosofia.

Assistimos depois a uma proliferação de tendências filosóficas excepcionalmente fecunda no período que medeia as duas guerras e nas décadas que se seguiram à segunda grande guerra. É impossível enunciar uma sequência de características para estes momentos, tal como fizemos para

o «positivismo espiritualista», em virtude da sua já apontada dispersão. Indicaremos apenas algumas linhas de progressão da filosofia do século XX, o que ilustrará bem o ambiente que se vive de fragmentação e mesmo de ambiguidade na osmose de resquícios antigos nas perspectivas modernas. Na esteira dos filósofos da suspeita, mas formulando reinterpretções originais, consolidaram-se novas vias de desenvolvimento da filosofia com Lyotard, Deleuze e Lacan. Partindo da evolução da fenomenologia, mas já inaugurando a era existencialista, destacamos Heidegger e Sartre. Lembremos ainda o entusiasmo que suscitaram o estruturalismo, a filosofia da linguagem e a epistemologia agora com novos modelos. Por último referimos o labor filosófico de Derrida, Levinas e Ricœur que, de um modo geral, se empenham numa «desconstrução» da filosofia tradicional, agora anti-metafísica, ultra-ontológica e perscrutadora de sentido.

É este tipo de filosofia que, até pelo seu ineditismo mas principalmente pela sua metodologia, se separa da história da filosofia. Não porque os seus autores ignorem ou escamoteiem as suas filiações, na maioria dos casos pertencentes à grande família da fenomenologia; mas sim porque o interesse pela linguística e pelo discurso filosófico, assim como o reconhecimento da hermenêutica como mediação real entre si e si mesma no acto reflexivo favorecem o encerramento da filosofia sobre ela própria concebida mais como expressão do que como pensamento.

Será já exacerbando e deturpando a intencionalidade desta corrente filosófica que, por vezes, se assiste hoje à prática de uma hermenêutica pura em que se toma o texto como um novo absoluto, dispensando uma contextualização histórica do autor, da sua obra e também da problemática em presença. É ainda sob este signo que alguns trabalhos filosóficos empreendem comparações entre autores que nos parecem abusivas pois, não obstante estes poderem recorrer a um mesmo conceito, essa relação será

de homonímia se os pressupostos de que partem forem diferentes (e, por vezes, são mesmo contraditórios) e visarem objectivos distintos.

O problema das relações da filosofia e da sua história não se limita à compreensão de alguns aspectos principais que contribuem, uns para a intimidade entre ambas, outros para o seu divórcio. O fundamental não é geminar ou cindir mas reconhecer as vantagens que, quer para a filosofia, quer para a história da filosofia, podem advir da sua mútua existência. Em qualquer uma das situações limite indicadas, a de extrema proximidade em que se diluem as identidades, ou de extrema separação em que se destroiem as afinidades, a presente questão tende a desaparecer e são desprezados os benefícios de uma inter-relação. O problema das relações entre a filosofia e a história da filosofia é, quanto a nós, o problema da sua co-habitação e é neste sentido que prosseguiremos a nossa reflexão.

2. A co-habitação da Filosofia e da sua História viabilizada pela Tradição

Optámos deter-nos num período já referido pelo equilíbrio que preconiza no âmbito da nossa problemática — o positivismo espiritualista — e, neste domínio, elegemos Maurice Blondel (1861-1949) como um dos filósofos que, melhor e de forma mais original, torna evidente a fecundidade, se não mesmo a necessidade, de cooperação entre a filosofia e a sua história e que também define algumas regras da sua co-habitação².

² O interesse de Blondel pela história da filosofia manifestou-se desde sempre, desde a sua tese latina *De Vinculo substantiali et de substantia composita apud Leibnitium*, de 1893, e são vários os textos ditos históricos do autor, além de um seu projecto anunciado a Wehrle, em 1919, de constituir um volume de *Mélanges historiques*.

«Distinguir para unir sem confundir» — expressão que, no sentido que encerra, repetidas vezes foi proferida por Blondel, é também certamente a regra mais universal do seu pensamento e, afinal, a metodologia que temos vindo a seguir nesta nossa exposição. Partindo da afirmação da proximidade da filosofia e da sua história, procurámos apontar as causas da sua quase indistinção ao longo de séculos e prosseguindo para a necessidade da sua destrinça criticámos a sua separação, pretendendo agora estabelecer a sua convivência. O que se deseja, e é objectivo explícito de Blondel, é distinguir a filosofia e a história da filosofia como áreas de saber específicas que, porque o são, mantêm a sua identidade própria mesmo no âmago do estreitamento que entre ambas se impõe, em virtude do seu ponto de referência comum: a qualidade do filosofar.

Anterior mesmo a esta distinção e à premência da sua união, o exemplo blondeliano apresenta-nos outras dualidades, mais radicais, cujo processo de unificação intervém no da filosofia e da sua história, tendo também ele de lhe preceder. Referimo-nos à que se descobre no seio da própria filosofia. Esta, ao exercer-se, manifesta-se como pensamento e também acção, como ideia e também vida. Ou seja, não se limita a uma dimensão teórica mas valoriza a dimensão prática da experiência. Radicalizando mais ainda Blondel afirma que em todo o conhecimento, em todo o pensamento há factores de natureza reflexiva, mediata, indirecta e outros de natureza intuitiva, imediata, directa. Em suma, a oposição entre o universal e o singular, entre o necessário e o contingente, entre o perene e o provisório estabelece-se *ab initio* pelo que a urgência de uma síntese não é terminal mas originária.

Ora nós só poderemos alcançar uma ampla compreensão do relacionamento destes pares de opostos se os subordinamos ao objectivo alargado do autor: a construção de uma filosofia concreta integral. Filosofia concreta porque atenta à vida real, à experiência efectiva, à acção, sem nunca

perder de vista a inteligibilidade destes aspectos singulares na dimensão universal do Ser. Atenta também à natureza dinâmica da realidade completa, a qual permite e até exige a dissolução de todos os antagonismos, uma vez que tudo o que existe concorre para o fim comum da vida. Assim sendo, os contrários só ganham consistência no exercício de uma razão abstracta, enquanto na realidade autêntica todos esses contrários se encadeiam num esforço de integralidade. Não há elemento algum do real que possa ser eliminado pois todos contêm aspectos positivos e úteis que entre si se vão imbricando ao ritmo de um movimento dialéctico.

A dialéctica blondeliana, que se processa substituindo um equilíbrio complexo à heterodoxia inicial, avança por superação sucessiva dos opostos, evolui por aglutinação integral e progressiva dos mesmos num processo de adequação contínuo e infinito, cuja estrutura, sentido e legitimidade lhe são conferidos pelo ponto mais excelente e único para que todo o real converge, dirigido pela aspiração espiritual, Deus. Eis como a integralidade vai ganhando forma e adensando-se. Integralidade que não é mera adição ou fusão de elementos o que, no primeiro caso, não ultrapassaria uma separação e, no segundo, cairia numa indistinção. Esta noção de integralidade apela a um novo conceito de união que, de acordo com Blondel, só se exprime e se enriquece, só é genuíno quando contém uma multiplicidade aparentemente divergente mas efectivamente complementar. A união suprema cumpre-se na coincidência do universal e do singular e dela é modelo vivo e eterno a Santíssima Trindade.

Em suma, esta filosofia é integral porque concreta e concreta porque integral³.

³ Para precisar o carácter unitivo do sentido blondeliano de concreto cf. Maurice Blondel, *L'itinéraire Philosophique de Maurice Blondel*, Paris, Aubier-Montaigne, 1966, pp. 42-45.

É neste contexto que a co-habitação da filosofia e da sua história se estrutura e ganha sentido. É a natureza prospectiva da primeira, enquanto pensamento sintético orientado para a acção, que se encontra com a natureza retrospectiva da segunda, enquanto pensamento analítico que se flecte sobre si mesmo, sendo ambas indispensáveis para a própria determinação da verdade. Esta só é efectiva, diz-nos Blondel, «quando engendrada num conjunto colectivamente elaborado» pela «continuidade histórica e pela dialectica da vida»⁴. A verdade, prossegue o autor, «é sempre mais ampla do que os nossos sistemas mas os nossos sistemas são o seio que contém, protege e propaga a vida»⁵, o que significa que a inquirição por uma verdade filosófica não se faz nunca independentemente da sua história, apesar de, em qualquer presente, ela derrubar os quadros de referência de que emergiu. Se o aspecto inovador de uma doutrina lhe advém do próprio filosofar, o carácter de rigor e precisão provém da sua inserção num pensamento já elaborado. História da filosofia e filosofia devem apresentar-se simultaneamente como distintas e unidas para que mantenham as suas peculiaridade como contributos autênticos do filosofar.

É nesta perspectiva que Blondel, no seu texto dedicado a «O método e o papel da história da filosofia»⁶, redigido em 1930, enuncia três tarefas indispensáveis e entre si subordinadas do trabalho do historiador da filosofia: «estudar o ser de algum modo ingénuo e diossincrático do pensador que se explora, enquanto ele depende das contin-

⁴ Maurice Blondel, «La méthode et le rôle de l'histoire de la philosophie», in *Dialogues avec les philosophes*, Paris, Aubier-Montaigne, pp. 284-5.

⁵ *Ibid.*, p. 287.

⁶ Este é o texto original de uma carta a Olga Arcuno publicada, pela primeira vez, em Fevereiro de 1930, em *Civiltà Moderna* (Florência).

gências técnicas, temporais, locais que fazem sempre de uma doutrina um estado de alma, simultaneamente individual e colectivo [a atenção orienta-se para o filósofo enquanto indivíduo, importando o aprofundamento da sua biografia]; examinar a organização interna do pensamento sob leis impessoais e tentar reencontrar a coesão lógica que lhe confere uma unidade, uma necessidade tão serradas quanto possível [o interesse é agora dedicado ao sistema filosófico progressivamente construído e à apreciação do valor que revela]; adquirir o sentido dos limites de uma tal dialéctica que nunca se fecha completamente porque o problema é infinito [por último, alerta-se para a impossibilidade real de inacabamento de todo o sistema]»⁷. Blondel define assim a impossibilidade de uma filosofia ou história da filosofia separadas, o que aliás vem na sequência da sua crítica a qualquer atitude exclusivista ou monista, posicionamento que sempre considerou dogmático. Ele estabelece aqui também parâmetros para o cumprimento em plenitude da sua co-habitação, o que acontece entre a atenção ao singular e a ambição do universal.

Não esquecendo que a filosofia possui em si mesma uma natureza teórico-prática, podemos dizer que, quanto confrontada com a sua história, ela se revela essencialmente como prática em virtude da sua índole prospectiva, enquanto a história da filosofia se assume como ponto de vista teórico dada a sua índole retrospectiva. Porém, tal como se verifica no âmbito específico da filosofia, também entre esta e a sua história, as perspectivas prática e teórica se supõem e se confirmam numa causalidade mútua. Por último gostaríamos de introduzir uma noção comum na terminologia blondeliana e que, utilizada em sentido técnico num contexto algo diferente daquele em que nos situamos, nos parece de recurso legítimo sendo bastante clarificadora

⁷ *Ibid.*, pp. 285-6.

das regras de co-habitação da filosofia e da sua história. É ela a de «tradição».

Tema fundamental de «História e Dogma»⁸, um artigo de 1904, a tradição intervém precisamente como intermediária, como elo de união entre a história e o dogma. Este texto é perfeitamente situado pela sua temática e pelas posições que coloca em confronto, o que nos leva a acautelar o risco de excesso de paralelismo que queremos traçar (e que, neste caso, poderia também ele redundar em hominímia). Blondel procura aí responder a problemas que a exegese bíblica oferecia pendendo, ora para uma interpretação extrínseca em que a relação dos factos com a dogmática é extrínseca, ora para uma interpretação historicista em que a realidade da história é substituída pela ciência histórica. O que o nosso filósofo atesta é a insuficiência, quer dos dados teológicos, quer da prática da fé, tomados isoladamente. O conceito de tradição é então recuperado por Blondel numa dupla acepção de «potência conservadora e ao mesmo tempo conquistadora»⁹, de guardiã de um passado e adventícia de um futuro, de atenta à letra da Escritura bem como à vida da Igreja. A sua função, única e exemplar, é a de operar a síntese salvaguardando a identidade, ou diremos até respeitando a irreducibilidade dos seus elementos, da ciência teológica e da prática. Assim sendo, ela constitui um exemplo do tipo de união em que a multiplicidade persiste¹⁰.

⁸ Maurice Blondel, «Histoire et Dogme», in *Les Premiers Écrits de Maurice Blondel*, Paris, P.U.F., 1956, pp. 149-228.

⁹ *Ibid.*, p. 204.

¹⁰ Para um estudo profundo e condensado da noção de «Tradição» no seu genuíno contexto em «Histoire et Dogme», veja-se R. Virgoulay, «Une contribution de la Philosophie à la Théologie. Étude sur la Tradition d'après *Histoire et Dogme* de Maurice Blondel», in *Revue des sciences religieuses*, 39, Strasbourg, 1965, (Janeiro), 48-67 pp. Aqui, se destaca o valor positivo da Tradição sob a expressão de «Tradição activa», a qual visa assinalar e salientar

Ser-nos-á lícito transpor a noção de tradição do seu sentido histórico-religioso para um sentido histórico-filosófico? Cremos que sim, baseando-nos no já referido texto «O método e o papel da história da filosofia», em que a aplicabilidade do conceito de tradição é, alargada, mantendo-se a sua função inviolável. Aí o autor diz que «para que todos os ingredientes se possam combinar harmoniosamente, para que todas as perspectivas se ordenem e se hierarquizem, para que elas comportem cada uma e todas o seu ensinamento útil, é sem dúvida necessário elaborar uma doutrina mais compreensiva, de mostrar (como tentei fazê-lo em *História e Dogma*) a função promotora da tradição viva, de completar a filosofia da ideia por uma filosofia da vida, do pensamento concreto, da acção»¹¹. Blondel, no âmbito da crise modernista, viu-se compelido por circunstâncias (que porque o são, são contingentes) a tomar posição sobre problemas suscitados pela exegese bíblica, nomeadamente sobre a passagem da fé aos dados históricos e vice-versa, e para tal apelou à valorização da «tradição» por intermédio da recuperação do seu sentido profundo. Ora, o que de «História e Dogma» permaneceu como seu aspecto mais positivo na filosofia blondeliana foi precisamente o novo sentido atribuído à tradição, o testemunho da sua mais genuína e dignificante função. A tradição é «o que se transmite de uma maneira viva»¹².

o aspecto prospectivo da natureza daquele conceito e a sua função de síntese entre o dogma e a história de uma maneira análoga à que realiza a acção entre o pensamento e a vida.

¹¹ «La méthode et le rôle de l'histoire de la philosophie», p. 286.

¹² Sentido expressamente blondeliano do termo «tradição», apresentado por A. Lalande em *Vocabulaire technique et critique de la Philosophie*.

E o texto antes citado prossegue: «Do mesmo modo que em cada um dos nossos conhecimentos há retrospecção e prospecção, análise racional e síntese efectiva, da mesma forma toda a doutrina filosófica implica não somente uma intuição especulativa e uma reflexão sistemática, mas também uma intenção final, uma orientação espiritual, uma atitude e uma realização de uma característica simultaneamente singular, como a solução de um destino pessoal, e universal como a relação de todo o acto, de todo o ser real com a verdade total»¹³. Estamos, com efeito, em presença de um novo conceito de Filosofia que reúne em si o nocional, domínio da razão, e o real, domínio da verdadeira aspiração à unidade suprema e à concretização do destino transcendente do homem. Por outro lado, encontramos também perante uma nova concepção de História, a de tradição viva. Ora é entre estas duas novas acepções de termos antigos, entre a iniciativa doutrinal e a tradição histórica que a desejada síntese se vai cumprindo.

Temos, então, a tradição manifestando-se já não apenas no âmbito restrito da história mas ascendendo a um outro plano em que, ainda e sempre como vínculo, como princípio vivo de unidade e de continuidade, interliga a filosofia e a sua história. Assim se vai também exercendo a dita função promotora da tradição através da qual se faz o passado presente vivificando-o e o presente eterno enraizando-o e perpetuando-o, mais uma vez, sob a forma de tradição viva.

A tradição só é válida quando transportada para o presente vivido e este só ganha sentido em referência à tradição. O mesmo se verifica entre a história da filosofia e a filosofia.

¹³ *Ibid.*, pp. 286-7.

Resumo

Este texto incide sobre as relações entre Filosofia e História da Filosofia as quais, de referência recíproca, são, todavia, formalmente distintas. No entanto, o fundamental aqui não é geminar ou cindir a Filosofia e a História da Filosofia mas reconhecer as vantagens que para ambas podem advir da sua mútua existência. Importa-nos, pois, estabelecer modos da sua co-habitação. Para tal optámos por aprofundar o pensamento de Maurice Blondel. Este, com a sua original noção de 'tradição', que vivifica o passado e perpetua o presente, aponta-nos uma via excelente para a convivência harmoniosa e fecunda entre a Filosofia e a História da Filosofia.

Abstract

This work deals with the relationships between Philosophy and History of Philosophy which, although of mutual reference, are nevertheless formally different. However, the scope of this work is not to blend or to cleave Philosophy and History of Philosophy, but to recognise the advantages that may come from their mutual existence. It is important, thus, to establish rules for their cohabitation. With that in mind we decided to explore Maurice Blondel's thought. With his original notion of 'tradition', which vivifies the past and perpetuates the present, Blondel shows an excellent way towards an harmonious and fecund togetherness of Philosophy and History of Philosophy.

